



# **CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**

O BERÇO DO PARLAMENTO GAÚCHO

## **PROJETO DE LEI**

### **DISPÕE SOBRE CONJUNTO DE AÇÕES E CAMPANHAS DE CONSCIENTIZAÇÃO E COMBATE AO CAPACITISMO NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE.**

**Art. 1º** Esta lei institui um conjunto de ações e campanhas de conscientização e combate ao capacitismo nas escolas no âmbito do Município do Rio Grande.

**Art. 2º** Para efeito desta Lei é considerado capacitismo toda forma de exclusão, opressão, discriminação e inferiorização de sujeitos neurodivergentes e/ou com altas habilidades, sejam elas regulares ou não, na rede municipal, pública e privada de educação.

**Art. 3º** Todas as infrações previstas no artigo 2º deverão ser encaminhadas à análise do órgão competente e, uma vez averiguadas, deverão incidir em processo administrativo municipal;

**§ 1º** No caso de infração prevista no artigo 2º cometida por servidores públicos, serão obedecidos os seguintes critérios, conforme previsto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

**§ 2º** Nos casos de infração por munícipes, obedecerá ao seguinte critério:

A - Notificação seguida de formação;

B - Na reincidência, multa de 200 URM's mais formação;

**Art. 4º** O conjunto de ações e campanhas tem por finalidade o combate ao capacitismo, visando levar conhecimento e conscientização aos estudantes e profissionais da educação, bem como à sociedade em geral.



# CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

O BERÇO DO PARLAMENTO GAÚCHO

**Art. 5º** As campanhas deverão ser adequadas à faixa etária, bem como à escolaridade dos estudantes do município, a fim de serem realizadas em toda a rede municipal de educação pública e privada.

**Art. 6º** O Poder Executivo regulamentará e editará os parâmetros necessários para a completa execução desta Lei.

**Art. 7º** Os valores arrecadados através das multas aplicadas deverão ser encaminhados ao fundo municipal das pessoas com deficiências e altas habilidades.

**Art. 8º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.